

Guerra na fronteira Norte



» ANDRÉ GUSTAVO STUMPF
Jornalista

O presidente Donald Trump não mobilizou um gigantesco aparato militar, com porta-aviões, dezenas de caças de última geração, submarino nuclear, helicópteros moderníssimos e pessoal especializado, para as costas da Venezuela apenas para tirar fotografia e aparecer nas primeiras páginas dos principais jornais do mundo. Militares norte-americanos já abordaram alguns navios que deixavam os portos daquele país e mataram mais de 100 pessoas que viajavam em lanchas rápidas, que, segundo os porta-vozes militares, transportavam drogas. O norte-americano está esperando a melhor hora para atacar. Quando, onde e como é a incógnita.

Autoridades do governo brasileiro colocaram de sobreaviso todos os setores que lidam com o assunto Venezuela. Há uma desconfiança de que eventual ataque ao país vizinho possa ocorrer em torno do ano novo. Em Brasília, as pessoas que lidam com o assunto foram orientadas a permanecerem na cidade ou ficarem em local próximo. O pessoal que trabalha com a operação de acolhida de venezuelanos em Roraima, que fogem de seu país, está em alerta máximo. Eles dimensionaram suas possibilidades para receber, nos próximos dias, até 35 mil habitantes do país vizinho se o ataque das forças armadas dos Estados Unidos realmente ocorrer. Ninguém no governo

brasileiro arrisca o tipo de ação bélica que poderá ser utilizada. Os especialistas lembram que os norte-americanos têm capacidade para realizar ataques seletivos contra líderes venezuelanos, a exemplo dos que Israel faz na guerra contra os Palestinos.

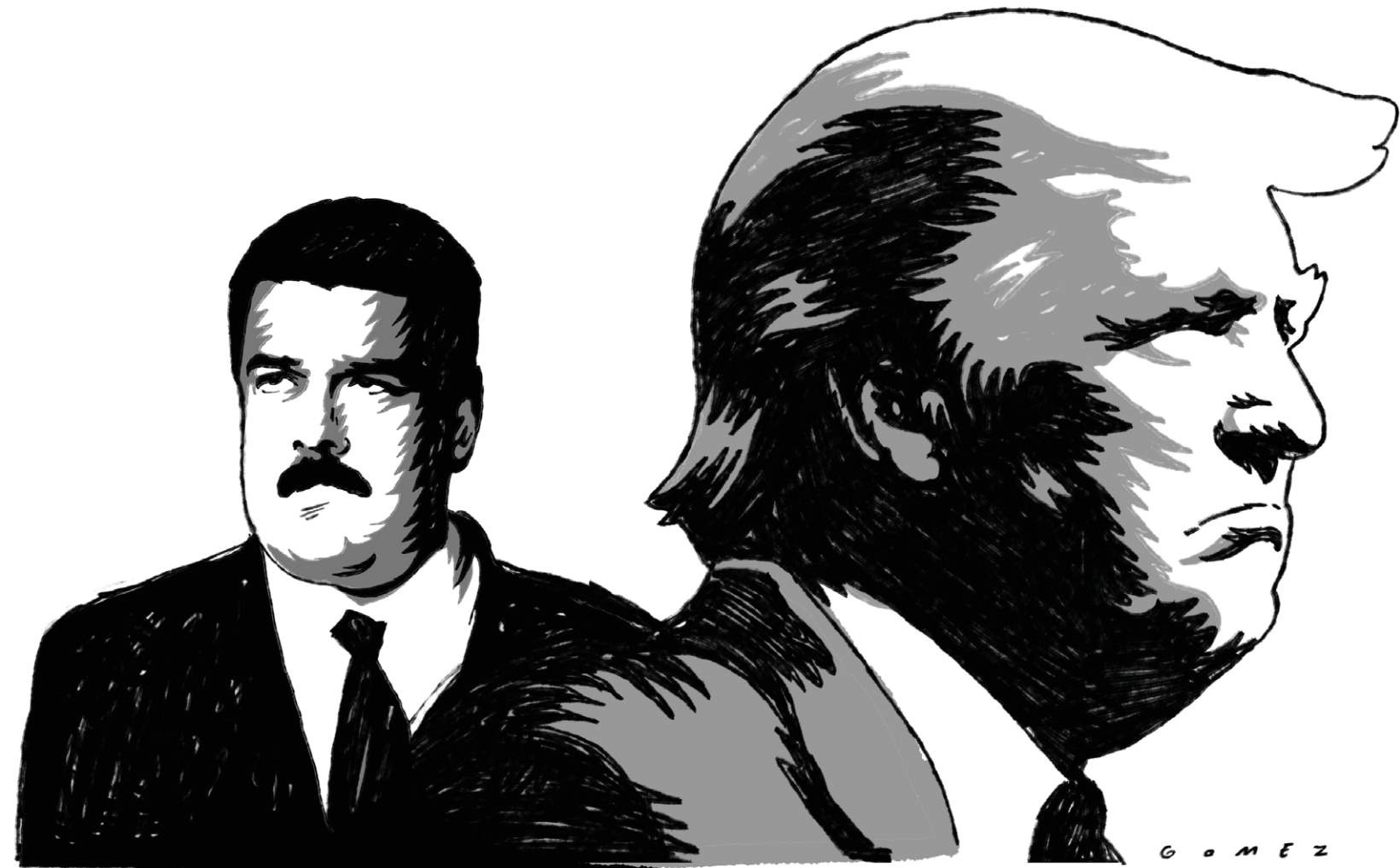
O fato é que os militares dos Estados Unidos estão por todo lado na fronteira da Venezuela no mar do Caribe e até no Oceano Pacífico. A qualquer momento, quando for dada a ordem, eles podem invadir o país sem receios. A defesa venezuelana é fraca, antiga e sucateada. Os famosos aviões Sukhoi, fornecidos pela Rússia, estão precisando de revisão e novas peças. Poucos estão voando. O presidente Nicolás Maduro já não dorme duas noites na mesma cama, nem na mesma residência. Ele sabe que sua cabeça está a prêmio. Seus principais colaboradores também estão tomando cuidados extremos. A verdade é que o país sofre da maldição do petróleo. Essa fabulosa riqueza que está localizada ao redor do Lago de Maracaibo — a mais extensa reserva de petróleo do mundo, maior que a da Arábia Saudita — foi descoberta nos anos 30 do século passado por empresa petrolífera norte-americana.

A história do país é uma sequência de golpes de Estado, sempre tendo o controle do petróleo como assunto principal. Neste século, houve uma trégua em torno de um acordo chamado de Punto Fijo, que consagrava a democracia como principal objetivo da convivência pacífica entre os opositores. Durou pouco. Grandes revoluções populares levaram caudilhos ao poder. O último deles foi Hugo Chaves, militar que deu um golpe e prometeu mundo melhor. Transformou-se em ditador, mas morreu no cargo. Foi substituído por Nicolás Maduro, antigo motorista de metrô de Caracas que rasgou a fantasia e também se transformou em

ditador no país. Ele utiliza um tortuoso raciocínio para colocar o libertador Simón Bolívar como inspirador de sua peculiar revolução.

O Exército brasileiro tomou suas cautelas. Decidiu enviar para Roraima o poderoso veículo blindado Centauro II, fabricado pelo consórcio Iveco-Oto, equipado com canhão de 120mm. Serão 12 blindados que ficarão com o 18º Regimento de Cavalaria Mecanizado, que pertence à 1ª Brigada de Infantaria de Selva, com sede em Boa Vista. Trata-se da mesma unidade que recebeu entre 2023 e 2024, durante a crise de Essequeibo, 32 viaturas blindadas leves multitarefas Guaicuru, oito blindados Guarani, seis blindados Cascavel, 22 viaturas não blindadas, além de dezenas de mísseis RBS70 antiaéreos e mísseis superfície-superfície Max 1.2 AntiCarro. Os demais Centauros serão distribuídos para unidades do Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Mato Grosso do Sul, onde estão 78 organizações militares desdobradas do Oiapo-que ao Chui, somando cerca de 25 mil militares. Na fronteira Norte, o Exército concentra 9 mil militares, distribuídos em diversas unidades e em 23 pelotões especiais de fronteira.

Diplomatas brasileiros condenam a perspectiva de guerra próxima à fronteira norte do país. É fato novo. As fronteiras que eram acossadas apenas por contrabandistas e traficantes de drogas agora ganham maior dramaticidade. As palavras dos negociadores oficiais não são mais suficientes para conter a crise. Os Estados Unidos, de Trump, entregaram a Ucrânia à Rússia. Os russos fazem discursos de protesto, mas, na prática, fecham os olhos para o que acontece na Venezuela. Trata-se de uma troca de favores entre os grandes. É a lei da selva, que prevalece em tempo de guerra.



Eu ainda estou aqui...



» EUNICE PORTO
Psicóloga, empresária,
palestrante, escritora

Brasil emudeceu durante o carnaval, aguardando ansiosamente pelo reconhecimento desse filme que deixou o mundo perplexo ao retratar o momento político em que os ditadores calavam a todos que quisessem ter vez ou voz. Parabéns aos diretores e à atriz Fernanda Torres pela merecida conquista.

Quisera todos os silenciados no Brasil pudessem ser e ter seus direitos reconhecidos e verdadeiramente ocupar espaços de fala, como medida de justiça, em tantas outras áreas ou situações em que também foram oprimidos.

A ditadura silenciou e matou muitos, mas antes dela, nos vários anos de escravidão, o que aconteceu foi muito mais triste e violento; o pior é que isso ainda se mantém de forma velada, e, por mais que busquemos um espaço maior perante a sociedade, levantando bandeiras de diversidade e inclusão, ainda não há empatia; afinal de contas, só reconhece quem viveu a dor. Infelizmente, permanecemos com esse pensamento ainda hoje; e, se o problema não é meu, o outro que resolva.

A cada dia mais, a empatia e a solidariedade saem pela porta da frente e estão sendo mais facilmente

representadas pelos movimentos de defesa dos “pets” do que de um ser humano para outro. Quando pensamos em justiça plena, estamos apenas começando a engatinhar. Infelizmente, longe ainda de realmente caminhar a passos largos.

Você acha que eu falo de pretos e brancos? Não só. Ainda falo de justiça, de excluídos e repetição da história; quando a família Paiva é homenageada em São Paulo e o filho Marcelo Rubens Paiva é agredido, não estamos falando da época da ditadura, mas de um evento triste e que se manteve como fruto dela, como se fosse uma parte do DNA. E, assim como ele foi atacado, o povo preto também passa pela mesma violência diariamente.

Mudando a cena, o enredo é o mesmo. A pergunta ainda é: por quantas gerações mais essas memórias ainda precisam ser vividas como feridas?

Enquanto fingirmos que o Brasil é um país pacífico, negarmos que não vivemos o abuso de poder europeu em relação aos indígenas e aos africanos e seus descendentes, falsamente continuaremos acreditando que está tudo bem, mais firmemente seguiremos adiante sem abrir espaço para limpar as feridas e tratá-las até se transformarem em cicatrizes, todas marcas que são fruto de abusos, de qualquer espécie, quer sejam os que definem nossa história preta ou outros abusos cometidos em nome da “pseudo-justiça”. Por mais que apontemos o efeito devastador da escravidão brasileira, menos o país embranquecido reconhece sua responsabilidade, forçando a nos blindarmos e vivermos em estado de alerta e proteção

constante, colocando limites e evitando a invasão de quem somos.

Passado não se muda, mas a consciência muda histórias, e isso transforma vidas. Podemos incluir a todos os excluídos no coração e não apenas em nossas ações, sem que haja perda de nossos direitos, inclusive a vida.

Vivemos em 2022/23 uma tentativa de golpe de Estado, e, se não existissem leis ou algo muito maior cuidando para que a história não repetisse, provavelmente estaríamos vivendo neste momento uma das maiores crises de retrocesso no país, da mesma forma que aconteceu no período da escravidão do povo africano.

Mas, como dizia Hermes Trismegisto, tudo que está fora corresponde ao que está dentro, assim como o que está acima corresponde ao que está abaixo, à direita ou à esquerda etc.; mas tudo pode ser modificado se cada um fizer a sua parte. Ditadura, escravidão, abusos entre tantas outras faces do mal não deveriam caber mais na história do nosso país, mas, enquanto uma mãe preta deixar de dormir porque seu filho saiu, sem ter certeza de que ele vai voltar vivo, seja na periferia, seja nos grandes centros, simplesmente por ser um homem preto, ainda estaremos em perigo, e nossa história, também.

Precisamos lembrar o tempo todo que somos todos corresponsáveis pela mudança que queremos ver fora; mas toda mudança começa dentro. Se mudarmos pensamentos, sentimentos e sensações, teremos o poder de mudar o mundo e seu preconceito.

Faça sua parte agora. Ubuntu!

O Poder Judiciário e a mulher de César



» ORLANDO THOMÉ CORDEIRO
Consultor em estratégia

“Não poderia, nessa direção, deixar de fazer referência à proposta, ainda em gestação, de debatermos um conjunto de diretrizes éticas para a magistratura. Considerando o corpo expressivo que vem espontaneamente tomando o tema no debate público, dirijo-me à eminente ministra e aos eminentes ministros e, também, à sociedade brasileira para dizer que o diálogo será o compasso desse debate. O país precisa de paz — e o Judiciário tem o dever de semear paz.”

As palavras acima foram ditas pelo presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), ministro Edson Fachin, na sessão de encerramento do ano judiciário, em 19 de dezembro. Eu as reproduzo aqui porque, apesar da grande e positiva repercussão na mídia em geral, a página inicial do sítio do Supremo optou por não as destacar no resumo do pronunciamento. Essa decisão certamente atendeu ao espírito de parte da Corte que, publicamente ou não, vem torpedeando a iniciativa.

Ministros como Dias Toffoli não se constroem em pegar carona num jatinho do dono do Banco Master para assistir à final da Libertadores, em 29 de novembro, em Lima. Não bastasse isso, em 3 de dezembro, avocou o processo para o Supremo, atendendo petição da defesa do empresário, além de suspender as investigações e decretar sigilo absoluto.

Outro uso e vezeiro em menosprezar qualquer proposta de um código de conduta é o ministro Gilmar Mendes. Nesta semana, em conversa com jornalistas, criticou os dois principais eixos do código de conduta alémão que limitam a participação de magistrados em eventos privados e declarações públicas.

Não bastasse esses maus exemplos, em 9 de dezembro a jornalista Malu Gaspar, de O Globo, publicou em sua coluna que a esposa do ministro Alexandre de Moraes teria firmado um contrato para atuar na defesa do Banco Master com valores milionários, muito acima dos praticados no mercado. E, na segunda-feira passada, dia 22, a jornalista trouxe a público que Moraes teria procurado o presidente do Banco Central, Gabriel Galípolo, em quatro ocasiões para tratar de assuntos referentes ao Banco Master.

A denúncia caiu como uma bomba, e, quase 24 horas depois, o gabinete do ministro divulgou uma nota oficial em que não toca no assunto, preferindo afirmar que os contatos foram para tratar dos problemas advindos da então aplicação da Lei Magnitsky contra ele e sua família. Causa espécie que, sendo ele uma pessoa que se notabilizou por posicionamentos sempre claros, objetivos e duros, tenha passado ao largo do assunto.

A verdade é que tais acontecimentos demonstram ser inadiável a criação de um código de conduta. Porém, não me parece que devamos nos limitar a qualquer documento que venha a ser construído exclusivamente pelos magistrados. Nesse sentido, destaco três propostas recentes. A primeira, elaborada pela Fundação FHC, intitulada A responsabilidade pela última palavra e entregue ao presidente do STF em outubro. A segunda, o abaixo assinado Por um código de conduta no STF Já!, que está circulando nas redes e coletou milhares de apoimentos. A terceira, o Projeto de Lei 6540/2025, apresentado pela bancada federal da federação PSOL/REDE.

Devemos aproveitar essa oportunidade para avançarmos em mudanças estruturais no processo de funcionamento das Cortes Superiores. Uma delas seria a discussão para adotarmos o mandato fixo de ministros, a exemplo do que ocorre em países democráticos como Alemanha, Espanha, França, Itália e Portugal. No primeiro dessa lista, o mandato é de 12 anos, e, nos outros quatro, é de nove anos. Essa ideia é defendida publicamente pelo ex-presidente do Senado Federal Rodrigo Pacheco e por Luís Roberto Barroso, ex-ministro do STF.

Outra seria a limitação de decisões monocráticas aos casos de urgência. No balanço apresentado por Fachin na sessão do dia 19 último, o Supremo, em 2025, proferiu 116.170 decisões das quais apenas 19,5% foram de forma colegiada, numa clara deformação em oposição ao fortalecimento da colegialidade e da deliberação plural defendidas pelo presidente do Supremo.

Apesar do debate se concentrar nas Cortes Superiores, as mudanças precisam alcançar o conjunto do Poder Judiciário. Enquanto os outros dois Poderes são objeto de diversas formas de controle social, sendo o voto o mais relevante, o Judiciário continua uma verdadeira caixa preta, em que corporativismo, favorecimento e corrupção têm campeado, como comprovado nas diversas denúncias feitas pela imprensa nos últimos 40 anos.

O que se espera de homens e mulheres no exercício da função e de cargos públicos é a adoção da máxima A mulher de César não basta ser honesta, deve parecer honesta.